
Luís de Camões: cosmopolitismo e ideia de mundo n' *Os Lusíadas*

*Luís de Camões: cosmopolitanism and the idea of world in
Os Lusíadas*

José Augusto Cardoso Bernardes

Centro de Literatura Portuguesa (Faculdade de Letras de Coimbra)

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.nEsp.a1378>

RESUMO

A atualidade dos textos antigos altera-se em função das circunstâncias de cada época. A esse propósito, a epopeia de Camões requer, nos nossos dias, um procedimento de indagação consistente e sistemático. No presente artigo, dá-se início a essa mesma indagação, privilegiando justamente aquilo que no poema parece mais convencional: a intriga mitológica e os seus protagonistas.

PALAVRAS-CHAVE: Atualidade; Mitologia; Cosmopolitismo; Cânone.

ABSTRACT

The relevance of ancient texts changes according to the circumstances of each era. In this respect, Camões' epic requires today a consistent and systematic enquiry procedure. This paper sets out to do just that, favouring precisely what seems most conventional in the poem: the mythological intrigue and its protagonists.

KEYWORDS: Relevance; Mythology; Cosmopolitanism; Canon.

INTRODUÇÃO

As comemorações nunca são um ato gratuito ou inconsequente. Comemorar algo ou alguém pressupõe o reconhecimento da atualidade do que se celebra. No plano cívico, em particular, só podem celebrar-se acontecimentos ou pessoas que conservam potencial de projeção. Se assim não fosse, seriam iniciativas impossíveis de justificar, em termos de energias ou mesmo de custos.

Penso sobretudo na Europa, lembrando que os estados atuais do velho continente resultam, muitas vezes, da aglutinação de entidades políticas com memórias coletivas muito diferentes ou mesmo conflitantes. Mais do que em outras circunstâncias aglutinadoras, a coesão política assenta em referências linguísticas e culturais. Basta atentarmos no papel desempenhado, a esse nível, por figuras das Letras como são Cervantes em Espanha, Dante em Itália, ou Shakespeare em Inglaterra.

A atualidade de um escritor pode, no entanto, estar vinculada a diferentes fatores: pode ser evidente e não necessitar de explicação. É, em regra, o que sucede com as figuras do momento. Nesses casos, dizer que uma figura é “atual” significa assumir que ela nos está próxima, que encarna a sensibilidade de uma determinada época. Quando assim é, falamos quase sempre de um escritor vivo ou, pelo menos, de alguém que viveu num tempo recente.

O mesmo não sucede, porém, quando nos referimos a uma figura que nasceu há quinhentos anos. Se subsiste atualidade numa obra e numa individualidade de há cinco séculos, é porque estamos perante um fenómeno mais profundo, que requer indagação. A atualidade flagrante e incontestada não deve confundir-se com a atualidade profunda. Embora menos patente no quotidiano das comunidades, esse outro tipo de presença manifesta-se de forma mais duradoura e transversal.

A ATUALIDADE DE LUÍS DE CAMÕES

É justamente o que sucede com o poeta Luís de Camões. Sabemos que ele vem sendo admirado e celebrado de forma continuada. Sabemos igualmente que os motivos da celebração foram variando em função das dinâmicas cívicas ou políticas. Em 1880 (data em que assinalaram os 300 anos da sua morte) ou em 1898 (quando se comemoram os trezentos anos da chegada de Vasco da Gama à Índia), prevalecia um sentimento patriótico que reagia contra os perigos que ameaçavam o império. Desse modo, Camões era identificado com as glórias da expansão e servia de contraponto ao descaso com que a frágil monarquia encarava o legado da história. Com a Primeira República, assumidamente colonial, Camões foi o santo laico que, sob a forma de estátua ou como autor do livro da Pátria, impôs-se à veneração dos cidadãos. O Estado Novo não alterou substancialmente esta perspetiva, mas reforçou a sua *oficialidade* tanto na Escola como no espaço cívico em geral.

O advento da democracia trouxe uma *nova atualidade* a Camões. O poeta deixou de ser um arauto da expansão colonial para se converter (com aceitação fácil) num símbolo da capacidade de inculturação dos portugueses. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma nova forma de perspetivar a história coletiva e de celebrar a nossa diáspora mais recente: aquela que, em registos diversos, deu origem a comunidades lusofalantes em diversos países da Europa, da América ou da África.

A democracia em que hoje vivemos, contudo, não coincide já com aquela que teve início em 1974. Desde então, vários acontecimentos afetaram as sociedades liberais em geral e a sociedade portuguesa, em particular. Um desses fenómenos – porventura o mais marcante – é o que se designa por globalização.

Não importa, de momento, discutir a natureza e o alcance do conceito em causa. Basta reconhecer que, por força de vários fatores (sobretudo os que se relacionam com as facilidades de comunicação), o nosso tempo se caracteriza por um cosmopolitismo que não existia há 50 anos.

Ora, de entre os vários indicadores de atualidade que podemos sinalizar na obra de Camões, destaca-se justamente a *ideia de mundo*. Essa ideia surge em Camões (n' *Os Lusíadas*, em particular) de forma que podemos considerar inovadora, acompanhando as tendências que associamos ao Humanismo europeu dos séculos XV e XVI.

Como se manifesta essa consciência de mundo? Como se relaciona com o ideal de cidadania global que ainda não conseguimos atingir?

É a essas duas perguntas que importa hoje responder, mesmo que de forma sumária.

A QUERELA MITOLÓGICA D'Os Lusíadas

Situemo-nos no Canto II d'Os *Lusíadas*. Para trás, ficou o importante pórtico do poema, com a Proposição, na qual o poeta anuncia a intenção de cantar um herói coletivo (o “peito ilustre lusitano”), a Invocação às Musas, caracterizada pela necessidade de adotar um canto novo (de “fúria grande e sonora”) diferente da inspiração associada à “frauta ruda”, que até então cultivara. Para trás ficara ainda a extensa Dedicatória a D. Sebastião (a “maravilha fatal da nossa idade”), que há de ser retomada várias vezes até à estância final.

As naus navegam já a caminho da Índia, mas a ação há de voltar ao início. Melhor dizendo, a vários inícios: à partida da praia de Belém e a um início mais remoto que não pode desligar-se desse: a fundação da nacionalidade. Não esqueçamos que essa fundação fica assegurada na batalha de Ourique (*Lus.*, III, 42-54), a mesma em que Cristo aparece ao jovem monarca Afonso Henriques, para lhe indicar a obrigação de expandir a fé.

É agora tempo de definir o quadro mitológico do poema. O leitor encontra já um Consílio a decorrer. Preside Júpiter, na sua qualidade de deus supremo. As posições não poderiam estar mais extremadas: Baco alega que se os portugueses vierem a alcançar o que buscam, irá ocorrer uma inversão na hierarquia dos viventes: os deuses, a quem compete estar acima dos humanos, verão a sua supremacia ameaçada (*Lus.*, I, 30-32).

Vénus, pelo contrário, defende o bom êxito da viagem dos lusitanos e declara-se como sua protetora (*Lus.*, I, 33). Os motivos invocados para essa sua atitude são dois: os “fortes corações”, evocando a coragem e a capacidade de amar, e a língua dos lusitanos, muito próxima daquela que falavam os romanos, seus antigos protegidos. A alegação da deusa surge muito condensada. Ainda assim, nela podemos identificar a linhagem dos portugueses: são fundadores de *império* e instituidores de *ordem*, tal como havia acontecido com os antigos habitantes de Roma.

Definidas as posições das figuras que vão entrar em contenda, dir-se-ia que o consílio poderia encerrar-se.

Eis, porém, que surge uma intervenção menos esperada. Refiro-me a Marte, que toma a palavra para argumentar de forma mais fundamentada e desenvolvida.

O seu discurso serve para clarificar o conflito que antes ficara apenas esboçado. Lembra, por exemplo, que Baco teria razões para estar do lado dos lusitanos, uma vez que tinha sido companheiro de Luso. O motivo que explica a sua hostilidade para com os navegadores europeus é agora destacado: enquanto conquistador do Oriente, teme ver-se desapossado dessa glória¹.

¹ O mesmo tipo de argumentação vai surgir no Consílio dos deuses marinhos. Nessa reunião, presidida por Neptuno, Baco alega da seguinte forma: “E não

A intervenção de Marte no Consílio dos deuses não é habitualmente valorizada pelos comentadores. Talvez porque, em termos de tónica, a sua intervenção repete aquela que Vénus tinha já efetuado. E também porque a sua conhecida cumplicidade amorosa com a bela deusa parece esgotar o significado das suas palavras. No entanto, o autor tudo faz para que reparemos nas palavras do deus bélico. Em primeiro lugar, dedica-lhe cinco estâncias (*Lus.*, I, 36-40), quando o discurso de Baco corresponde a menos de três e as razões de Vénus se condensam numa só estância. Em segundo lugar, concede-lhe a prerrogativa do discurso direto.

Lembremos que, no âmbito do Consílio, essa qualificação tinha sido concedida apenas a Júpiter. Recordemos ainda que, n' *Os Lusíadas*, esse tipo de discurso representa um marcador de importância. Assim sucede com Vénus, quando se dirige a Júpiter, protestando contra as ciladas de Baco (*Lus.*, II, 39-41); com a “fermosíssima” Maria, que solicita a ajuda do pai contra a invasão muçulmana que há de conduzir à batalha do Salado (*Lus.*, III, 103-105); com Inês de Castro, que suplica misericórdia a D. Afonso IV (*Lus.*, III, 126-129); com Nun'Álvares, que exorta os compatriotas a resistir ao invasor castelhano, precedendo a batalha decisiva que se trava em Aljubarrota (*Lus.*, IV, 15-19).

O quadro de oposição entre Vénus e Baco, que doravante vai servir de moldura à intriga mitológica, representa, de facto, bem mais do que a luta entre duas divindades. Trata-se da pugna entre uma entidade regional (que repetidamente se autocaracteriza como conquistador do Oriente) e uma outra (a “deusa cípria”), nascida nos

consinto, Deuses, que cuideis / Que por amor de vós do Céu deci, / Nem da mágoa da injúria que sofreis, / Mas da que se me faz também a mi; / Que aquelas grandes honras que sabeis / Que no mundo ganhei, quando venci / As terras indianas do Oriente, / Todas vejo abatidas desta gente.” (*Lus.*, VI, 32, 1-8).

mares, protetora de impérios e do que isso significava em termos de universalidade.

Os Lusíadas contêm, assim, não apenas a descrição exaltante de uma viagem pioneira, mas o confronto entre os valores que justificam o êxito de quem a empreende e a atitude de um deus “suspeito”, que tudo faz para impedir que os buscadores ocidentais alcancem o Oriente, construindo o mundo.

Tendo escolhido matéria histórica para o assunto central da epopeia (em vez de matéria lendária), Camões reserva para a intriga mitológica o único confronto que se verifica no plano axiológico.

Mesmo quando se ocupa de acontecimentos factuais, o poeta procede a uma amplificação das figuras e das situações. Inês de Castro, por exemplo, não é apenas a mulher sacrificada por Amor e por conveniência de Estado. É também, e acima de tudo, a vítima que proclama os direitos naturais do indivíduo perante os argumentos do “pertinaz povo”, que acabarão por prevalecer. É ainda a mulher e a mãe que implora piedade. O facto de ter sido morta por cavaleiros (que lhe deviam proteção) representa a infração suprema ao princípio regulador da justiça, tal como ela era entendida no tempo de Camões e tal como se projeta ainda nos nossos dias.

No caso de Inês, como em outros casos, encontramos uma intenção clara de converter o que é pontual em exemplo universal. E não há dúvida de que essa constitui não apenas uma tónica que subjaz à construção de todo o poema, mas um fundamento que se revela capaz de atravessar os tempos.

CONCLUSÃO

É no triunfo de Vénus que fica clara a *ideia de mundo* de que venho falando. Alcançada a Índia, a deusa pondera acerca da melhor forma de recompensar os nautas lusitanos. Solicita a ajuda de Cupido e

com ele prepara meticulosamente um prémio. Falo da “Insula Divina” ou “Ilha dos Amores”.

A recompensa não se destina já apenas ao Gama, que desposa Tétis, num palácio de cristal, e aos súbditos de D. Manuel I, os mesmos que tinham partido de Belém por entre as lágrimas das mães e das esposas, e com a memória das duras admoestações morais e políticas de um velho de “aspeito venerando”.

É certo que os nautas são amorosamente acolhidos pelas ninfas que lhes proporcionam prazeres de vários tipos. Aquela fusão, porém, não é apenas frutiva. Destina-se a fazer surgir uma “progénie forte e bela”. Nessa medida, os navegadores situam-se num plano bem superior àquele em que se encontravam no início da ação.

Representam agora a vertente masculina da espécie humana. Tendo cumprido o magno projeto de aproximar o Ocidente do Oriente, os lusitanos são escolhidos para cumprir o desígnio da deusa, repovoando a terra e instituindo nela “leis milhores”. Alargaram o mundo, contra todos os esforços de Baco, o deus “suspeito”, como Marte o tinha designado no Canto I.

O propósito de regeneração global, que envolve Amor e Conhecimento, corresponde a um projeto utópico que, sendo de Camões, inscreve-se na grande revolução cultural do Renascimento, uma das mais transformadoras que se verificaram no Ocidente até aos nossos dias².

² Num ensaio recente (seguido de textos e comentários), Louis Lourme (2012) estabelece um conjunto de tipologias acerca do cosmopolitismo, tal como ele se configura desde a Grécia Antiga até aos tempos atuais da globalização. Na primeira dessas tipologias, julgo encontrar o modelo que melhor se ajusta à visão camoniana do tema. Refiro-me justamente ao cosmopolitismo que se traduz numa conceção do mundo: “Le cosmopolitisme comme conception du monde désigne enfin la manière dont un individu peut fonder sa vision de la justice

Essa *ideia de mundo*, que Luís de Camões recuperou e ampliou a partir dos modelos da Antiguidade, encontra-se no centro da epopeia que escreveu para D. Sebastião. Se, com as necessárias adaptações, a transpusermos para os nossos dias, não teremos dificuldade em reconhecê-la como *atual*.

RECEBIDO: 24/03/2025

APROVADO: 26/03/2025

REFERÊNCIAS

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, com Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 3. ed. Lisboa: Instituto Camões, 1992.

LOURME, Louis. *Qu'est-ce que le cosmopolitisme?* Paris: Vrin, 2012. (Chemins Philosophiques).

MINICURRÍCULO

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES é Professor Catedrático na Faculdade de Letras de Coimbra (FLUC) e membro do Centro de Literatura Portuguesa. Comissário-Geral para as Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões (2024-2026). Coordenou, introduziu e anotou a edição do VI volume das *Obras completas de Eduardo Lourenço* que reúne os *Estudos sobre Camões* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019). Cooordenou a *Biblos – Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa* (5 volumes, Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1995-2005). Recentemente reuniu alguns dos seus estudos camonianos esparsos em revistas e obras coletivas no volume *A oficina de Camões: apontamentos sobre Os Lusíadas / Camões in the workshop: notes on The Lusiads* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2022).

ou de la morale à partir d'une appartenance au monde – et non à partir d'une appartenance locale” (Lourme, 2012, p. 15).